

Acórdão nº 9.128/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.250.2012-20-TCE (C/ 02 Volumes e 03 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC, exercício de 2011.
RESPONSÁVEIS: Senhora **Silvia Helena Neves Paiva**, Senhores **Bruno Cotta Paiva** e **Paulo César Modesto da Rocha**
RELATOR: Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de Contas. Junta Comercial do Estado do Acre. Resultado patrimonial deficitário do exercício. Falta de observância do disposto na Resolução TCE/AC nº 062/2008 (Anexo VI, inciso XI). Regularidade com Ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** com fundamento no inciso II, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, considerar **regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre (JUCEAC), referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade da Senhora **Silvia Helena Macedo Neves Paiva**, Presidente, do Senhor **Bruno Cotta Paiva**, Vice-Presidente, e do Senhor **Paulo César Modesto da Rocha**, Contador, **valendo como ressalvas** as seguintes falhas apontadas pela análise técnica: **a)** resultado patrimonial deficitário do exercício; e **b)** falta de observância do disposto na Resolução TCE/AC nº 062/2008 (Anexo VI, inciso XI), quanto à atualização do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis, considerando as aquisições e baixas ocorridas no exercício, nos termos dos arts. 94, 95 e 96 da Lei Federal nº 4.320/94; e **2)** **notificar** a Presidência e o responsável pelo Setor de Contabilidade da JUCEAC, para que observem a obrigatoriedade de realização do controle e acompanhamento dos Bens Móveis, Imóveis e Almoxarifado de acordo com a legislação vigente, notadamente a Lei Federal nº 4.320/64, a fim de que os relatórios e as demonstrações contábeis apresentem a composição patrimonial real da autarquia, conforme recomendação da DAFO/3ª IGCE (Volume 2, fl. 338). Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **A Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo julgou-se suspeita para votar neste processo, com fulcro no inciso IV do art. 51 do RITCE/AC (Resolução TCE/AC nº 30/96) c/c o inciso I do art. 135 do CPC.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 05 de fevereiro de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC